

ATA DA CENTÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às Quatorze horas e trinta minutos do dia doze de agosto de dois mil e três deu-se início a Centésima Sexta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo Vice-Presidente José Fernando da Silva (ABONG). Estiveram presentes os conselheiros titulares Saulo de Castro Bezerra (ABMP); Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria); Elisabete Borgianni (CFESS); Maria Izabel da Silva (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES); Alessandro Victor Gama e Silva (MNMMR); Marcos Antonio Paiva Colares (OAB); Nilmário Miranda (SEDH); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil da Presidência da República); Regina Celeste B. Affonso de Carvalho (MS); Tânia Mara Eller da Cruz (MPOG). Estiveram presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia; Nájla Veloso Sampaio Barbosa (MEC) e Mário Mamede (SEDH). Em virtude da ausência justificada da representante da CNBB, foi convocado e esteve presente o conselheiro suplente Vicente Falqueto (UBEE). Estiveram ainda presentes os conselheiros não governamentais suplentes Miguel Angel Cal Gonzáles (CFP); Antonio Pereira da Silva Filho (CGT); Marcelo Gentil Nascimento da Cruz (IPAM) Jessimar Dias Pereira (Salesianos) e Maria de Lourdes Alves Rodrigues (Fundação Abrinq). **I – Aprovação da Pauta da 106º Assembléia e das Atas das 103º, 104º e 105º Assembléias Ordinárias.** O Vice –Presidente abriu os trabalhos e em seguida submeteu a Pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada por todos com adequações pertinentes. As Atas das 103º, 104º e 105º Assembléias Ordinárias também foram aprovadas com correções pertinentes. Em seguida as Comissões Temáticas se reuniram para tratarem de assuntos específicos às suas áreas de atuação. No segundo dia da Assembléia o Presidente do CONANDA abriu os trabalhos solicitando informações sobre a realização das Conferências Estaduais manifestando o seu interesse em

participar das mesmas. O Presidente informou que esteve em São Paulo para o lançamento do Programa Defensores dos Direitos Humanos e que fora procurado por um grupo de Vereadores, Deputados e representantes de diversos órgãos e entidades denunciando a situação de violência na Delegacia da Infância e Adolescência na cidade de Santos-SP, com o pedido formal de intervenção. O Presidente propôs que o CONANDA enviasse um grupo de conselheiros para discutir o assunto naquele município. O Presidente argumentou que as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro concentram as maiores dificuldades para a implantação e implementação do Estatuto. Expôs sobre as articulações com os Prefeitos do ABC Paulista objetivando a implantação das medidas socioeducativa naqueles municípios. O conselheiro Cláudio informou que a Comissão de Medidas Socioeducativas discutiu o problema da Delegacia de Santos e que fora elaborado ofício para as autoridades locais solicitando maiores esclarecimentos sobre o assunto, posteriormente será deliberado a ida ou não do CONANDA ao município. A conselheira Maria Izabel alegou que há quatro anos participava do CONANDA e que eram ditas as mesmas coisas em relação a São Paulo sem nada resolvê-las. Falou da superlotação da Unidade de Internação do Brás e ressaltou que há um posicionamento da direção da Febem dispondo que os modelos de unidade de internação a serem implantados no Estado fossem os mesmos da Unidade de Franco da Rocha, havendo resistências por parte dos municípios neste sentido, alegando porém, que o Juiz de Guarulhos era favorável ao modelo de Franco da Rocha. Salientou ainda, que havia informações de que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR havia se comprometido financeiramente para construção de quatro Unidades nos moldes de Franco da Rocha, para o Estado de São Paulo. Falou das várias tentativas e tratativas havidas, da Assembléia Descentralizada do CONANDA em dois mil e um, da formação do Grupo de Trabalho com a participação do Governo do Estado, Febem, CONANDA, DCA, Fórum Estadual DCA e outros para propor o reordenamento da FEBEM e acompanhar a questão do adolescente infrator no Estado e que no entanto até o momento nada foi

feito e nada avançou, pela falta de vontade política do Estado. O Gestor da Subsecretaria de Promoção da Criança e do Adolescente, Paulo Marques, informou que o dialogo da SEDH com o Governo do Estado foi no sentido de sensibilizar os Prefeitos objetivando ampliar o discurso com a Febem para implantação das medidas socioeducativas em meio aberto, não havendo nenhum compromisso da Secretaria Especial dos Direitos Humanos nas referidas construções. Alegou que o modelo de construção que o Estado vem adotando é de 130 vagas para jovens de 18 à 24 anos e que os municípios entretanto não aceitam a proposta. Os mesmos querem discutir tanto o modelo arquitetônico como o Projeto Pedagógico para o seu município. O Presidente falou da sua participação na Conferência Estadual de Minas Gerais e da reivindicação de uma adolescente para aumentar o número de delegados adolescentes e o número de observadores. A conselheira Maria Izabel esclareceu que o número de adolescente é proporcional ao Estado e que os adolescentes não podem ser substituídos por adultos, mas os adultos podem ser substituídos por adolescentes. Quanto à categoria de observador a mesma foi eliminada. O conselheiro Vicente propôs envio de documento formal ao Conselho Estadual para esclarecimento do assunto. O Presidente informou que no dia vinte e cinco de outubro será dedicado ao dia nacional de mobilização do registro civil, propondo que as Conferencias Estaduais abordem o tema nas suas atividades. A conselheira Rachel acrescentou que a Comissão de Articulação estará enviando correspondência aos Conselhos Estaduais dos direitos, solicitando essa mobilização. Foi informado ainda pelo Presidente que o Estado de Minas Gerais liberou recursos para conclusão das Unidades de atendimento ao adolescente infrator de Montes Claros e Teófilo Otoni. O Presidente se comprometeu a viabilizar sua participação nas Conferências Estaduais dos Estados do Acre, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Falou dos contatos mantidos com Chesf, Petrobrás, BNDES no sentido de firmar parcerias para financiamento de ações específicas em alguns Estados. Falou ainda das articulações com o Sistema S (Sesc, Senac,

Sesi, Senai), objetivando a inclusão de cotas para atendimento dos adolescentes egressos e crianças desaparecidas nos seus programas. Ressaltou que estão sendo mantidas articulações junto a Furnas e Petrobrás para confecção de estatutos e junto ao Conselho Federal de Psicologia para o trabalho voluntário. O conselheiro Miguel complementou que o Projeto está sendo lançado no dia vinte e sete próximo em parceria com a Fundação Florestam Fernandes e consistirá em dois eixos, sendo um banco de oportunidades e um banco de serviços, com duração de um ano, contendo ações pontuais, já tendo sido definidas três prioridades; a) luta antimacomial “de volta pra casa”; b) assessoramento aos Conselhos Tutelares e construção de ações sobre medidas socioeducativas; c) desemprego – construção de uma nova sociedade. Dr. Nilmário informou ainda que o Estado do Paraná estava pagando uma multa de vinte milhões de dólares por não ter utilizado recursos do Bird no governo anterior e que o Padre Roque conseguiu negociar que esses recursos fossem transferidos para a área de educação através de projetos essencialmente pedagógicos, tendo sido aceitos pelo governo do Estado e aguardando pronunciamento do Bird. Serão construídas sete unidades regionalizadas de atendimento socioeducativos nos moldes do projeto do Ceará. O conselheiro Cláudio informou sobre as denúncias recebidas de vários segmentos do Estado de Rondônia e que no dia anterior a Comissão de medidas Socioeducativas recebeu a visita do Secretário de Segurança do Estado. O conselheiro fez um breve histórico do atendimento do adolescente infrator no Estado, enfocando as visitas realizadas e as articulações do CONANDA e antigo DCA para sanar a grave situação existente. O CONANDA/FNCA repassou no ano anterior recursos para construção da Unidade de internação para adolescentes do sexo masculino na capital e que até o momento nada fora feito e não utilizado nenhum centavo até o momento. Falou das constantes rebeliões, sendo que na última delas foram incendiados os compartimentos da Unidade, ferindo gravemente um adolescente. Diante desta situação o Juiz da Infância autorizou a entrada de cinquenta policiais na unidade. O Secretário solicitou parecer do CONANDA sobre a pertinência dos policiais na

Unidade, e a posição da Comissão é de que o juiz não tinha outra alternativa visto que a FAZER, órgão responsável pela aplicação das medidas no Estado não quer se responsabilizar pelo atendimento desse segmento e não há outro órgão que se responsabilize pelo mesmo, não restando outra alternativa à justiça no sentido de proteção desses adolescentes. Existem na FAZER um quantitativo de cento e trinta funcionários e no entanto não há pessoal para trabalhar na Unidade. A comissão considerou que deve haver um compromisso maior do Governo do Estado para solução do problema, visto que constantemente tem ocorrido mortes de adolescentes naquela Unidade. O conselheiro Cláudio e o Gestor Amarildo expuseram sobre a redução do orçamento do FNCA para o exercício de dois mil e quatro. E sobre a situação do orçamento para o exercício de dois mil e três. A Sra Edna, Presidente do FONACRIAD externou a sua preocupação enquanto responsável de um Fórum que congrega todos os Estado da Federação, para que se tenha uma política consistente, visto que os Estados necessitam do aporte do governo federal, principalmente no programa voltado para o atendimento das medidas socioeducativas.

III – Apresentação do Programa de Cooperação do UNICEF no Brasil – 2003-2006 – Inicialmente a Sra Reiko Niimi agradeceu o convite do CONANDA para apresentar o programa de país do UNICEF para 2002-2006, como uma modesta contribuição para as metas do Milênio e do Mundo para as Crianças. A Sra Reiko fez um resgate das discussões dos últimos meses do grupo técnico UNICEF-CONANDA e apresentou um trabalho de comparação do Pacto pela Paz, das Metas do Milênio e de um Mundo para as Crianças: Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, com dados estatísticos. O Vice-Presidente abriu o debate, tendo sido registrados os pontos que seguem a)

a) A conselheira Elisabete questionou o UNICEF enquanto organismo internacional e munido dos dados sobre a infância no Brasil, não poderia fornecer subsídios também, junto ao FMI para melhoria das negociações com relação ao pagamento da dívida externa bem como das exigências de superávit primário tão elevado, que acaba comprometendo as políticas sociais públicas. A conselheira

solicitou uma análise comparada entre as crianças e adolescentes de outros países com as crianças brasileiras. A Senhora Reiko alegou que não tinha vindo preparada para apresentar a relação de outros países, mas que poderia apresenta-los em outra ocasião; b) O Sr. Rafael - Assessor da SPDCA, solicitou esclarecimentos sobre as ações de convivência familiar e comunitária, integração do egresso à família e ações das unidades de internação. A conselheira Elisabete complementou se havia viabilidade do Unicef monitorar o atendimento das medidas socioeducativas de liberdade assistida na cidade de São Paulo. A Sra Reiko esclareceu que os trabalhos são feitos entre os pais e filhos no sentido de estimular os pais na fabricação de brinquedos caseiros, acesso a cultura, entre outros. Com relação ao atendimento do adolescente em conflito com a lei no Estado de São Paulo está se dando apenas a nível de município; c) a conselheira Nájla pediu esclarecimento sobre a idade/serie e o representante do Ministério dos Esportes informou que no Ministério existem cento e trinta e quatro núcleos no estilo Criança Esperança e indagou quais as possibilidades do Unicef ajudar esses núcleos. A Sra. Reiko respondeu a todos os questionamentos levantados. O Vice-Presidente agradeceu a participação do Unicef enaltecendo a importância dos dados apresentados. **V – Apresentação do Programa Presidente Amigo da Criança** - Prosseguindo os trabalhos o Vice-Presidente convidou para compor a mesa de trabalho o Secretario Adjunto dos Direitos Humanos e conselheiro Suplente Mário Mamede, o Gestor do SPDCA Amarildo Baesso, a conselheira do MTE, Margarida Munguba Cardoso, a representante do MEC, Sra. Stela, a representante do MAS, Sra Milda. O Secretario Adjunto Mário Mamede agradeceu a oportunidade em nome da SEDH ressaltando o esforço de cada Ministério e da Fundação Abrinq na construção coletiva do Plano de Ação do Projeto Presidente Amigo da Criança, compromisso assumido por Luiz Inácio Lula da Silva, quando candidato a presidência da república. O Sr. Amarildo ressaltou a ausência do Secretario e Presidente do CONANDA por motivo de viagem e enalteceu o apoio da SEDH na elaboração do Plano, esclarecendo que a SPDCA ficará incumbida de apresentar o

Projeto. O objetivo do Plano era realizar de forma desafiadora a melhoria significativa dos índices atuais relativos à situação da criança e do adolescente, tendo como referência o compromisso assumido pelo governo brasileiro na Gestão Especial pela Criança da ONU – Organização das Nações Unidas, em maio de dois mil e dois, estabelecendo metas para 2003, 2005, 2010 e 2015, assim descritas: 1) Promovendo vidas saudáveis; 2) Promovendo educação de qualidade; 3) Proteção Contra Abuso, Exploração e Violência; 4) Combatendo o HIV/AIDS. Para o cumprimento das metas relativas aos temas constante do compromisso junto à ONU, o candidato a Presidente, se eleito, comprometeu a desenvolver as seguintes ações e diretrizes: a) Elaborar Plano de Ação até seis meses após a sua posse. Prever ações de fortalecimento dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos e aprovar o Plano até nove meses após o início do seu governo, no CONANDA; b) incluir o Plano de Ação no Plano Plurianual e considerar a totalidade de suas necessidades de recursos nos orçamentos federais e não contingência-los; c) desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação da execução do Plano de Ação; d) transparência – disponibilizar os dados e as informações necessárias ao acompanhamento do cumprimento do Plano de Ação; divulgar balanço anual dos resultados alcançados e prestar contas anualmente quanto à execução do Plano de Ação. O Sr. Amarildo informou ainda que haverá uma oficina com todos os participantes nos dias 21 e 22 de agosto, no sentido de aprimoramento do Programa, o qual será submetido a aprovação do CONANDA no mês de setembro. O lançamento do Plano está previsto para o mês de outubro com a presença do Presidente Lula. O Vice-Presidente abriu o debate, havendo elogios e críticas ao Plano de Ação. As críticas estiveram voltadas ao excesso de ações, falta de compatibilidade das ações com o Pacto pela Paz, falta de definição de recursos. O Sr. Amarildo concordou que o Plano tem realmente alguns pontos que precisam ser aprimorados e que as ações contidas no Plano de Ação estão dispostas no PPA/2004. Na oportunidade solicitou aos presentes o envio de sugestões até o dia 19 de agosto, para que as mesmas fossem inseridas ao

documento. **VI – Relato das Comissões Temáticas – 1) Comissão de Políticas Públicas/ V Conferência Nacional** – a conselheira Maria Izabel fez o relato dos encaminhamento sobre a V Conferência Nacional, destacando os itens logomarca, recursos financeiros, locação de espaço físico, contratação de pessoal, conferencista, facilitadores, documento de orientação das falas para os ministérios, regimento interno, programação, convidados, convites para as Conferências Estaduais e participação dos adolescentes. Todas as propostas foram debatidas e aprovadas pela plenária. Com relação aos demais assuntos discutidos na Comissão destacamos: a) compor junto com a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente grupo de trabalho para análise e parecer dos projetos de lei relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O grupo de trabalho foi composto pelos conselheiros Alessandro, Miguel, Margarida e Marilene; b) conforme deliberação anterior solicitar ao gabinete da SEDH agendamento de audiência com o Presidente da República para o mês de setembro para entrega do Pacto, do convite para a V Conferência e produções do Conselho; c) proposta do nome da conselheira Nájla (MEC) para substituir a conselheira Marilda Marfan na CONAETI; d) comunicado sobre publicação de Portaria conjunta MTE, MEC, MAS dispondo sobre a Comissão Especial Trabalho Infantil Domestico, que estará realizando o I Encontro Nacional de Trabalhadores Infantis Domésticos nos dias oito e nove de setembro do corrente. Foram deliberados os nomes do Presidente do CONANDA e da conselheira Maria Izabel para participarem do evento; e) foi sugerida a substituição da data da teleconferência sobre aprendizagem, para o dia nove de setembro no período da tarde; f) diante do informe de que a votação do Projeto de Lei do programa primeiro emprego prevista para o dia dezoito de agosto, foi proposto enviar ofício à Frente Parlamentar comunicando que o referido projeto não fora aprovado no CONANDA, com cópia do ofício que foi enviado aos ministérios sobre a necessidade da aprovação dos programas, projetos sobre crianças e adolescentes no Conselho. Comunicar ao MTE a decisão tomada; g) o conselheiro Ivanildo deverá analisar a proposta do Programa Segundo

Tempo, cujo parecer deverá ser submetido a plenária da próxima assembléia; h) indicação da conselheira Maria Izabel para participar do evento de avaliação do Projeto de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos do Estado de Mato Grosso; i) necessidade de discussão sobre a interface do CONANDA com organismos que propõem os indicadores dos programas governamentais; j) Secretaria Executiva efetuar levantamento das memórias a partir do mês de abril do corrente para a próxima assembléia; e) retransmitir aos Conselhos Estadual e Municipal de Luziânia - GO as denúncias sobre creches naquele município. Todas as proposições foram discutidas e aprovadas pela plenária.

2) **Comissão de Articulação e Comunicação** – A conselheira Laura fez o relato dos trabalhos enfocando os pontos que seguem: a) recebimento de correspondência da Câmara Legislativa do DF, encaminhando o Projeto de Lei que institui o Programa de Atendimento Especial as Crianças e as Mulheres Vítimas da Violência Sexual no âmbito do DF. A Comissão propôs enviar o documento ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal; b) recebimento de correspondência do CENDHEC/PE, sobre o parecer favorável da ação civil Pública, determinando ao Estado a garantia dos serviços especializados às crianças e adolescentes, assegurando prioridade absoluta; c) recebimento de correspondência da Senadora Patrícia Gomes solicitando apoio do CONANDA por ocasião de diligências e audiências públicas em várias localidades do país; d) recebimento de convite para participação no Seminário Multidisciplinar Internacional – Direitos Humanos e Sistema de Responsabilidade Penal Juvenil – USP/SP/PUC/SP. A data do evento coincide com data da próxima Assembléia do CONANDA, será justificado; e) recebimento de e-mail da Escola de Samba Mirim Imperial informando o Tema: Exaltação ao Direito da Criança e do Adolescente no Carnaval de dois mil e quatro, com o objetivo de estimular participação das famílias e promover a integração social. Responder parabenizando escolha do enredo e colocar o CONANDA como colaborador no fornecimento de subsidio ao desenvolvimento do Tema; f) recebimento de relatório da Pastoral do

Menor do Rio de Janeiro. Agradecer e parabenizar; g) recebimento de convite do I Congresso Internacional sobre o Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, promovido pelas Aldeias SOS do Brasil, solicitando a participação do CONANDA. A Plenária indicou o nome da conselheira Elisabete para representar o Conselho; h) recebimento de correspondência do Centro de Defesa de Itajubá/MG, propondo alteração na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente na questão da remuneração dos conselheiros tutelares. A Comissão propôs enviar o documento a associação dos conselhos tutelares de Minas Gerais para discutir o assunto. i) recebimento de correspondência da Secretaria Nacional de Esporte comunicando o adiantamento do Programa Segundo Tempo; j) recebimento de correspondência do Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares contendo a levantamento do número de Conselhos Tutelares no Brasil, O número até maio de dois mil e três é de três mil quinhentos e noventa e oito Conselhos; l) na reunião do Comitê Interministerial de Enfrentamento à Exploração Sexual foram apresentadas as metas para os próximos seis meses, estabelecendo um responsável para cada meta, sendo que a participação do CONANDA poderá ser de duas formas: ou como órgão responsável ou como parceiro. Todos os itens da apresentação foram discutidos e deliberados pela plenária. Com relação ao evento a ser realizado nos dias vinte e um e vinte e dois de agosto foi proposto e aprovado os nomes dos conselheiros Ivanildo, Fernando, Regina e Rachel. Quanto a proposta do Comitê Interministerial, ficou decidido que o CONANDA ficará como responsável pela análise da situação, ficando os conselheiros Ivanildo e Rachel indicados para discussão do assunto. A Comissão discutiu a ausência dos conselheiros governamentais nos Trabalhos de Grupo solicitando que o assunto fosse registrado em Ata. O Vice-Presidente esclareceu que o problema já fora levado ao Presidente do CONANDA , visto que a ausência é uma constante nas demais Comissões. No que tange ao Seminário Multidisciplinar Internacional – Direitos Humanos e Sistema de Responsabilidade Penal Juvenil, a Conselheira Elisabete lamenta o uso da nomenclatura “**penal**

Juvenil”, propondo que o CONANDA solicite os resultados do evento. O conselheiro Cláudio endossou a fala da conselheira e também lamenta que infelizmente o CONANDA não ficou sabendo do evento. Também solicitou os resultados e a Pauta do Seminário. A manifestação do Vice-Presidente também fora de indignação, visto que na relação dos organizadores do evento não apareceu a citação de nenhum Conselho. Se propôs elaborar proposta de texto para encaminhar aos organizadores do evento. No tocante a mobilização do registro civil estão representando o CONANDA os conselheiros Ivanildo e Eridan. O conselheiro Ivanildo fez um breve relato sobre a Campanha, esclarecendo que após a parceria do Banco do Brasil para equipar os Conselhos Tutelares, o Banco irá equipar os cartórios para emissão do registro civil gratuito. Foi deliberado propor que os Conselhos Estaduais também façam a mobilização nos Estados. No que tange a visibilidade da V Conferência, a ANDI irá apresentar proposta sobre o tema. Com relação a Coletiva a Comissão deve estabelecer o que se quer divulgar e repassar a ANDI com dados significativos. A conselheira Maria Izabel se propôs colaborar com este eixo. **3) Comissão de Orçamento e Finanças /Medidas Socioeducativas** – A conselheira Tânia fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem: a) recebimento de e-mail contendo denúncias a respeito da violência na Delegacia da Infância e da Juventude da cidade de Santo –SP, onde um adolescente fora assassinado. No dia dezessete próximo haverá audiência pública na Câmara Municipal daquela cidade para debater o assunto. Foi proposto encaminhar ofício solicitando informações ao Secretario de Segurança, Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Conselho Estadual, Municipal e Tutelar. A conselheira Elisabete foi designada para participar da audiência. b) ocorrência de rebeliões na unidade de atendimento masculino em Porto Velho – RO, sendo que na última delas um adolescente fora queimado. Foi repassado ao Governo do Estado recursos do FNCA através de convênio para construção da nova Unidade em dezembro de dois mil e dois e até o presente estes recursos não foram aplicados. O Secretario de Segurança Pública Paulo Roberto

Oliveira de Moraes esteve presente na reunião da Comissão solicitando parecer do CONANDA contra atitude do Juiz da Infância e da Juventude que autorizou a Política Militar tomar conta da unidade após a rebelião. O parecer não foi concedido pois a Comissão entendeu que o Juiz tomou a melhor decisão nas atuais circunstância. A Unidade encontrava-se sem funcionários, pois apesar do quadro ser grande a maioria está cedida à outros órgãos e não desejam voltas; c) apresentação da minuta do Termo de Cooperação com a Chesf. O mesmo fora aprovado com sugestões pertinentes. d) foi informado que o texto do projeto de lei de medidas socioeducativas estava em revisão ortográfica, e que após sua conclusão seria realizado seminário para consolidação do Projeto; e) aprovação de apoio financeiro para execução do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares; f) aprovação para aplicação dos recursos para fortalecimento do sistema de garantia de direitos em três Estados com os mais baixos índice de desenvolvimento humanos IDH e para equipamentação da unidade de internação do Estado do Piauí. Foram aprovados também parcialmente os Planos Estaduais dos Estados do Amazonas e Mato Grosso; g) a Comissão de Chancela reuniu-se por duas vezes para análise dos projetos. A relação dos projetos aprovados será apresentada na assembléia do mês de setembro em cursos. Antes de encerrar os trabalhos da Assembléia foi deliberado a participação do CONANDA nas Conferencias Estaduais dos Estados que enviaram convites: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

Nilmário Miranda
Presidente do CONANDA